

Adeus Sarney

O sr. José Sarney terá ocasião de refletir sobre a ingratidão dos homens quando se recolher à sua intimidade, a partir de amanhã. Os brasileiros encontrarão no comportamento dos auxiliares diretos do ex-presidente motivo a mais para reforçar o juízo que fazem, desde agora, sobre seu governo: na antevéspera da passagem da faixa presidencial, apenas três ministros deram-se ao trabalho de comparecer à missa de ação de graças com que se celebrava liturgicamente a conclusão do governo Sarney. Dir-se-á que a cerimônia religiosa fora encomendada pelo ministro da Cultura e não pelo presidente (que não poderia tê-lo feito); ainda assim, distribuídos os convites e tornado público o evento, o correto teria sido que o Ministério Sarney, incorporado, testemunhasse a seu chefe o apreço em que sempre o tivera. Enganam-se os que assim pensaram; a crueldade de Brasília fez do sr. José Sarney alguém igual aos outros antes mesmo de deixar o Palácio. Louve-se a conduta do sr. José Aparecido, que teve a iniciativa, do sr. Luís Roberto Ponte, chefe do Gabinete Civil, e do general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar.

Sic transit gloria mundi. É bom que o sr. José Sarney se vá acostumando a esse tratamento, inclusive dos que elevou à dignidade da função pública. O julgamento dos que sempre estiveram do lá de fora do poder não será menos cruel, embora talvez seja mais humano na sua compreensão, pois nada se lhe devem. Que podem, a rigor, ficar a dever ao governo Sarney quantos se apressam, hoje, véspera da posse do novo presidente da República, em cuidar de preservar seus haveres da melhor maneira possível (isto é, da maneira que mais correta parecer a cada um), sabendo que o sr. Collor de Mello deverá erradicar a inflação que sob os olhos serenos e a placidez de temperamento do sr. José Sarney chegou aos níveis insuportáveis que nos desqualificam internacionalmente, como país?

O sr. José Sarney talvez seja lembrado no Maranhão, sua terra natal, pela qual fez o que lhe foi possível, nem que à custa dos sacrifícios impostos aos demais Estados da Federação. De seu ponto de vista, pequeno e fechado apesar de haver passado a maior parte de sua vida no centro das decisões políticas nacionais, terá feito bem. Será talvez lembrado pelos seus — e com eles sentir-se-á à vontade, mesmo que seu projeto político familiar venha a ser derrotado nas urnas de outubro. Pelo Brasil, será esquecido — e será o melhor que os brasileiros poderão fazer, pois lembrá-lo será ter diante da memória, todos os dias, a visão trágica da frustração das grandes esperanças que se depositaram no vice-presidente da República, que a tragédia elevou à suprema curul da Nação. Lembrá-lo será ter diante dos olhos o espetáculo cotidiano de falta de decisão política, que sempre foi confundida por s. exa. com exercício e prática da democracia. Ao fazer essa confusão, intencional ou inconscientemente, o sr. José Sarney concluiu a obra que o presidente de cujo partido foi presidente, o general João Figueiredo, havia começado: pôr fim à autoridade da Presidência da República.

Triste fim de um regime estabelecido em nome da autoridade, que termina (pois o sr. José Sarney foi o último momento do período militar) com a autoridade mais desprestigiada do que nunca na história republicana. A referência da crise de autoridade é dada pelo fato de, graças a Deus, as intrigas palacianas e no Ministério, contra o sr. Mailson da Nóbrega (seqüência de tantas outras) não haverem triunfado e ter sido possível concluir o governo com uma inflação de menos de 80% ao mês...

Incapaz de impor-se a um Congresso que, no entanto, por essas ou aquelas lhe deu o mandato de cinco anos (para infelicidade da Nação) o presidente Sarney fechou-se dentro de si, e no seu ensimesma-

mento construiu seus adversários, os que não concordaram jamais com que um filho do Maranhão assumisse a Presidência, e os capitalistas empedernidos que impediam os trabalhadores de ter acesso aos benefícios da cultura. Não se encontrará em fala alguma do sr. José Sarney uma só referência a ter errado, encaminhado mal uma decisão. O que sempre se ouviu de s. exa. foram loas às suas virtudes de cordura e às suas qualidades de democrata. Que as teve, a seu modo, reconheça-se — embora já no fim de seu governo, talvez sentindo que a glória do mundo estava passando, começasse a dizer outras coisas que não casavam com a realidade, e mais gravemente, pois de números se tratava. Anotem-se, nesse capítulo, as referências à Siderbrás e à dívida externa.

Seríamos injustos para com o sr. José Sarney se não lhe creditássemos o fato de, por índole ou sabedoria, haver permitido que as práticas democráticas encontrassem lugar no Brasil que vinha do autoritarismo. Não que o mal autoritário tivesse desaparecido da vida cotidiana; não se o viu praticado em nível de poder central, como foi hábito anos atrás. Até nisso, no entanto, a marca da indecisão corrompeu o processo, pois o que se poderia dizer ser o exercício da democracia fez-se sem autoridade, sem liderança legítima, sem padrão nenhum que chamasse atenção para a necessidade de haver hierarquias e autoridade na vida política e social.

Melhor do que nós, cremos, a História julgará o governo Sarney daquilo que foi alvo de pesadas acusações na campanha eleitoral, a corrupção. Fique o registro das acusações, da mesma maneira que aquele de que, sendo o Brasil ainda o que é, não será de estranhar que apesar de conhecer todos os ângulos do poder — da oposição à glória e ao abandono dos supostos fiéis — o sr. José Sarney ainda possa alimentar projetos de voltar à vida política e conseguir fazê-lo!